

PROCESSO Nº

12689.000072/98-95

SESSÃO DE

: 12 de abril de 2000

RECURSO Nº

: 120.526

RECORRENTE

: BJ SERVICES DO BRASIL LTDA

RECORRIDA

: DRJ/SALVADOR/BA

## RESOLUÇÃO Nº 301-1.156

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

RESOLVEM os Membros da Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, converter o julgamento em diligência à Repartição de Origem, na forma do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

Brasília-DF, em 12 de abril de 2000

MÁRCIA REGINA MACHADO MELARÉ

Presidente em Exercício

LEDA RUIZ DAMASCENO

Relatora

7 JUL 2000

Participaram, ainda, do presente julgamento, os seguintes Conselheiros: LUIZ SÉRGIO FONSECA SOARES, ROBERTA MARIA RIBEIRO ARAGÃO, PAULO LUCENA DE MENEZES e FRANCISCO JOSÉ PINTO DE BARROS. Ausentes os Conselheiros MOACYR ELOY DE MEDEIROS e CARLOS HENRIQUE KLASER FILHO.

MINISTÉRIO DA FAZENDA TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES PRIMEIRA CÂMARA

RECURSO Nº

: 120.526

RESOLUÇÃO Nº RECORRENTE : 301-1.156: BJ SERVICES DO BRASIL LTDA

RECORRIDA

: DRJ/SALVADOR/BA

RELATOR(A)

: LEDA RUIZ DAMASCENO

## **RELATÓRIO E VOTO**

A empresa não pleiteou novo laudo, uma vez que seu recurso é um Laudo Técnico, assinado por químico, informando que o produto FL-33 é um polímero natural similar a goma xantana) modificado e possuindo três tipos de monômeros distintos em sua cadeia principal, reafirmando a posição 3913 9090 TEC derivados de polímeros naturais.

Por sua vez o Labana, diz tratar-se de um polímero de acrilamida modificada, que constitui um polímero acrílico.

Entendo que a questão é técnica, e sugiro seja o presente processo devolvido à origem para formação de quesitos, intimada a interessada, e enviados os autos e amostra ao INT, para dirimir a questão.

Para tanto formulo os seguintes quesitos:

- 1) A amostra é um polímero de acrilamida modificada?
- 2) Qual a estrutura do produto FL-33?
- 3)Trata-se de polímero acrílico ou natural?

Sala das Sessões, em 12 de abril de 2000

AMASCENO - Relatora



Processo nº: 12689.000072/98-95

Recurso nº : 120.526

## TERMO DE INTIMAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no parágrafo 2° do artigo 44 do Regimento Interno dos Conselhos de Contribuintes, fica o Sr. Procurador Representante da Fazenda Nacional junto à Primeira Câmara, intimado a tomar ciência da Resolução n° 301-1.156

Brasília-DF, 16 de maio/2000

Atenciosamente,

Moacyr Eloy de Medeiros Presidente da Primeira Câmara

Ciente em

Sílvio José Ternandes Procurador da Fazenda Nacional